



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**144ª Reunião Ordinária do Conselho
Nacional de Previdência Social**

CNPS

Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", 9º andar, Sala 902

Brasília – DF

25 de junho de 2008

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Reunião do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS
ATA DA 144ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 25 de junho de 2008

LOCAL: Ministério da Previdência, 9ª andar, sala 902

I - PRESENCAS

Representações do Governo

MPS – José Barroso Pimentel

MPS – Helmut Schwarzer

MPS – Ricardo Pena Pinheiro

MF – Felipe Augusto Trevisan Ortiz

IPEA – Fernando Gaiger

Representações dos aposentados e pensionistas

SINTAP – Epitácio Luiz Epaminondas

COBAP – Josepha Theotônia de Britto

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

SINDNAP – Luiz Antônio Adriano da Silva

Representações dos trabalhadores em atividade

FORÇA SINDICAL – Nilson Santos Bahia

CONTAG – Evandro José Morello

Representação dos empregados

CNI – Marco Antônio Reis Guarita

CNF – José Higashino

CNC – Roberto Nogueira Ferreira

CNA – Luciana Cardoso Carvalho

Convidados

MF/SPE – Ângelo Duarte

DATAPREV – Celecino Carvalho

CNM – Laíze Carvalho Palhano

Ausências

MPS – Carlos Eduardo Gabas

MPS – João Donadon

INSS – Marco Antônio de Oliveira

INSS – Benedito Adalberto Brunca

SRP – Adélia Martins da Matta

MF – Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo

MP – Rodrigo Antunes de Carvalho

CENTRAPE – Edmundo Beneditti Filho

COBAP – Benedito Marcílio Alves da Silva

CGT – Carlos Alberto dos Reis

CUT – Maria Júlia Reis Nogueira

SDS – Wagner José de Souza

CONTAG – Alessandra da Costa Lunas

CNF – Jorge Higashino

CNM – Paulo Roberto Ziulkoski

CNT – Ariene Amaral

56 **II – ABERTURA**

57 Presidindo a Mesa, o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, José
58 Barroso Pimentel, abriu a 144ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
59 Previdência Social – CNPS, desejando bom dia aos Conselheiros. Em seguida,
60 enfatizou a satisfação em estar participando da primeira reunião do CNPS. Registrou
61 que o seu objetivo é dar prosseguimento aos trabalhos do Sr. Luiz Marinho, dando
62 continuidade ao tema da inclusão previdenciária, tendo em vista que é uma das
63 grandes metas do Ministério do Governo Lula e da sociedade brasileira. Antes de
64 iniciar os trabalhos, foi entregue aos Conselheiros os Informes de Previdência, volume
65 20, nºs 1, 2 e 3 referentes respectivamente aos meses de janeiro, fevereiro e março de
66 2008.

67

68 **III – EXPEDIENTE**

69

70 O Exmo. Sr. Ministro fez um breve relato sobre a situação atual da Previdência Social.
71 Citou que hoje, no Brasil, existem 36 milhões e 900 mil contribuintes, e fez uma
72 comparação que em 2003 existiam em torno de 27 milhões. Atribuiu o significativo
73 crescimento de quase dez milhões de novos contribuintes como sendo resultado do
74 crescimento econômico com a formalização dos empregos e dos trabalhos e, também,
75 da micro e pequena empresa. Citou que até junho de 2007 tinha-se com o Simples
76 Federal, que começou a vigorar em 1996, 1 milhão 377 mil micros e pequenas
77 empresas, e que atualmente são 3 milhões e 20 mil micros e pequenas empresas na
78 formalidade. Informou que o Sebrae e os membros parlamentares das micro e
79 pequenas empresas estão reunidos no Congresso Nacional para votar a segunda
80 mudança do Simples Nacional em que se criará o micro empreendedor individual, cujo
81 objetivo é trazer algo em torno de 4 milhões de pessoas da menor economia para a
82 formalidade. Citou que o sistema inclui aqueles que têm faturamento anual de até 36
83 mil reais/ano, e que não pagarão tributos, imposto de renda, contribuição sobre o lucro
84 líquido, PIS/PASEP, Cofins, IPI, INSS patronal e também ICMS. A intenção é que
85 esses impostos tenham alíquota zero para esse setor e o beneficiário tenha uma
86 contribuição fixa de 50 reais por mês exclusivamente para financiar o Contrato Social
87 que é a Previdência Pública. Completou que o micro empresário contribuirá com 11%
88 sobre o salário mínimo na modalidade simplificada que foi criada dentro da Lei Geral
89 da Micro e Pequena Empresa, que é a Lei Complementar nº 123, que entrou em vigor
90 em fevereiro de 2007. Lembrou que o propósito é na sessão da Câmara Federal, no
91 dia 9 de julho, aprovar essa mudança. Na continuação dos trabalhos, anunciou a
92 posse da Sra. Alexandra Costa Lunas, titular pela Confederação Nacional dos
93 Agricultores – CONTAG e também do Sr. Evandro Jose Morello, conselheiro suplente
94 também representando a CONTAG, que estão sendo reconduzidos pela Portaria nº
95 178, de 6 de junho de 2008, e publicado no Diário Oficial de 9 de junho de 2008. Deu
96 as boas-vindas aos novos Conselheiros. Antes de dar início a Ordem do Dia, elogiou a
97 qualidade dos servidores públicos da Previdência Social que têm um nível técnico e
98 um compromisso com as suas obrigações muito forte. Antecipou aos Conselheiros que
99 o Ministério do Planejamento junto ao Governo Federal fecharam as tabelas de
100 reajuste para os servidores públicos da Previdência, tanto os ativos, quanto os
101 aposentados e pensionistas. Ressaltou, ainda, que como a matéria só pode ser
102 concedida até o dia 4 de julho de 2008, o Congresso Nacional, devido ao curto prazo,
103 está concordando que seja por medida provisória para que até julho seja possível
104 remunerar melhor os 70 mil servidores previdenciários, sejam os da ativa, os
105 aposentados e os pensionistas. Entregou a todos os Conselheiros a minuta a qual
106 contém o texto para a adequação do CNIS – Cadastro Nacional de Informações
107 Sociais concluído após reunião envolvendo a DataPrev, a Previdência Social, a
108 Secretaria de Políticas Previdenciárias e o Ministério da Previdência Social. O Exmo.
109 Sr. Ministro sugeriu que fosse realizada uma reunião com o Conselho Nacional de
110 Previdência Social – CNPS com o objetivo de aprofundar a discussão sobre a

111 alteração do CNIS. Relatou ainda a sua preocupação com a reforma tributária.
112 Reiterou que a reforma tributária é muito importante para o Brasil, é muito importante
113 para a sociedade e reduz o custo – Brasil. Passando à apreciação da Ata da 143ª
114 Reunião Ordinária, o Exmo. Sr. Ministro indagou quanto à necessidade de proceder à
115 leitura, sendo a mesma dispensada. Colocada em votação, a Ata foi aprovada por
116 unanimidade. Retomando as apresentações que vêm sendo realizadas desde o início
117 do ano pelos membros do Conselho sobre a Política de Expansão de Cobertura,
118 concedeu a palavra ao Sr. Nilson Santos Bahia – Representante da Força Sindical
119 para que ele desse início à apresentação sobre a Expansão de Cobertura: visão dos
120 trabalhadores em atividade e aposentados da Força Sindical.

121

122 **IV – ORDEM DO DIA**

123

124 1 – Expansão de Cobertura: visão dos trabalhadores em atividade e aposentados da 125 Força Sindical

126 O Sr. Nilson Santos Bahia – Representante da Força Sindical inicialmente saudou o
127 Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, José Barroso Pimentel. Em
128 seguida, informou que a apresentação será dividida em dois tempos, ele realizará a
129 primeira parte e o Sr. Luiz Antônio Adriano da Silva – Representante do SINDAP –
130 Sindicato dos Aposentados e Pensionistas realizará a segunda parte. Agradeceu a
131 oportunidade de fazer a apresentação e começou a discorrer sobre o tema citando que
132 a proposta é a ampliação da fonte de custeio da Previdência Social com o foco na
133 inclusão social. Relatou que o alegado déficit da Previdência Social não pode ser fator
134 impeditivo de contemplação de justiça social para todos os cidadãos brasileiros, e
135 mencionou que o que se espera da Previdência é o cumprimento essencial das
136 garantias ao trabalhador e ao cidadão, e, portanto, a rede de proteção social a ser
137 criada e consolidada pelo Estado deve envolver as necessidades nas três fases do
138 ciclo de vida humano: 1) A fase anterior ao período laboral; 2) O período laboral; e 3) a
139 fase posterior ao período laboral. Discorreu na argumentação de que o trabalho de
140 contar com a proteção social ampla e que cabe fundamentalmente ao Estado construir
141 uma rede de proteção social que garanta a homens e mulheres condições para seu
142 desenvolvimento a partir do trabalho. Relatou ainda que para aqueles que estão no
143 mercado informal deve-se resgatar a credibilidade da Previdência Social de forma a
144 convencê-los a contribuir para sua própria garantia no futuro. Para melhor
145 entendimento, o Sr. Nilson Santos Bahia (Força Sindical) no discorrer do tema, dividiu
146 a apresentação sobre a rede de proteção em três fases: pré-laboral, pós-laboral e
147 laboral. O Exmo. Sr. Ministro solicitou a palavra para pedir desculpas por ter que se
148 ausentar devido a outro compromisso e transferiu a Presidência da 144ª Reunião
149 Ordinária do CNPS para o Sr. Helmut Schwarzer – Secretário de Políticas de
150 Previdência Social (MPS). Retomando a palavra, o Sr. Nilson Santos Bahia (Força
151 Sindical) apontou as medidas para favorecer a ampliação da cobertura da rede de
152 proteção, tais como: estimular a contratação de trabalhadores sob a norma padrão
153 para reduzir a informalidade; fiscalizar, acompanhar e penalizar as situações ilegais;
154 divulgar as regras e benefícios por meio da força da mídia; e acompanhar e avaliar os
155 efeitos das medidas. Sr. Nilson Santos Bahia (Força Sindical) concedeu a palavra ao
156 Sr. Luiz Antônio Adriano da Silva (SINDAP) para dar continuidade à apresentação.
157 Fazendo uso da palavra, o Sr. Luiz Antônio Adriano (SINDAP) relatou que a
158 sociedade brasileira fica à margem das mudanças que acontecem na Previdência
159 Social, como as alterações quase que constantes na lei, as ameaças de reforma, as
160 ameaças de tempo de serviço para tempo de contribuição, situações essas que
161 deixam a população insegura no sentido de se engajar no sistema previdenciário do
162 Estado. Ao explanar sobre o envelhecimento, a Previdência e a Assistência Social,
163 ressaltou que uma Previdência Social sólida e inclusiva e um sistema econômico com
164 dinamismo são condições necessárias para se evitar que, com o envelhecimento
165 populacional, proporções crescentes de idosos passem a depender da Assistência

166 Social. Enfatizou que os idosos têm que depender da Previdência Social. A respeito
167 dos aposentados e pensionistas apresentou sobre a crucial importância que o
168 Governo sancione o projeto de lei que está em tramitação na Câmara de Deputados e
169 que iguala o reajuste do mínimo aos benefícios do INSS que estão acima do salário
170 mínimo. Citou, ainda, que a cada aumento de salário mínimo, cerca de dois milhões de
171 aposentados e pensionistas são rebaixados da faixa sócio-econômica e com a
172 aprovação desse projeto a situação dessa faixa será privilegiada. Colocou
173 enfaticamente que em sua opinião, não se pode permitir que o nivelamento seja feito
174 pela base. Na continuação, mencionou que a perenidade na Previdência Social se faz
175 com legislação e gestão eficientes. Ainda em relação à perenidade da Previdência
176 citou que dois terços das aposentadorias no Brasil são por idade e isso é indicativo
177 que não há sintonia ou associação entre legislação, gestão e realidade social.
178 Mencionou, ainda, que as regras da Previdência Social brasileira são as mais
179 perversas do mundo, porque sacrificam aqueles que desde cedo dedicaram a vida ao
180 trabalho ou mesmo os construtores da nação. O Sr. Luiz Antônio Adriano (SINDNAP)
181 apontou que a grande demanda de solicitação de revisão de benefícios sem um
182 retorno positivamente eficiente deve sensibilizar o INSS para que sejam apresentadas
183 propostas de soluções para essa questão, tais como agilizar o mecanismo com
184 proposições e orientações claras; a cooperação de entidades representativas de
185 aposentados e pensionistas deve se juntar a essa operação tendo em vista que são
186 essas representações que conhecem as necessidades dessa parcela da população; e
187 deve-se resgatar o modelo do expurgo do FGTS e da URV. Para finalizar, foi
188 categórico ao afirmar que a Previdência Social é um instrumento do estado brasileiro a
189 serviço da nação trabalhadora e quantos labora, não é um instrumento de governo
190 para equilibrar orçamento e mudar dependendo da conjuntura e dos interesses de
191 pessoais ou de incorporações. O Sr. Nilson Bahia (Força Sindical) solicitou a
192 palavra para agradecer a atenção dos demais Conselheiros e colocou-se à disposição
193 para quaisquer esclarecimentos. O Sr. Presidente agradeceu a apresentação e passou
194 a palavra a Sra. Conselheira Josepha Theotônia de Britto (COBAP) que primeiramente
195 parabenizou o Sr. Presidente em exercício, Sr. Helmut Schwarzer, pela iniciativa de
196 estar trazendo o Conselheiro para a Mesa do CNPS por meio das apresentações
197 sobre a Política de Expansão de Cobertura. Em seguida, cumprimentou os Srs. Nilson
198 Santos Bahia (Força Sindical) e Luiz Antônio Adriano (SINDNAP) pela bem-sucedida
199 exposição. Opinou que é preciso desde o ensino fundamental ser ensinado sobre a
200 Previdência Social e se manifestou dizendo que a mídia distorce o conceito de
201 Previdência, o que leva ao trabalhador a ter uma idéia horrível sobre a Previdência
202 Social, e conseqüentemente o trabalhador só paga porque é obrigado e é descontado
203 em folha. Fazendo o uso da palavra, o Sr. Jorge Higashino (CNF) também
204 parabenizou a Força Sindical e a SINDNAP pela a apresentação e solicitou
205 esclarecimento em relação à colocação dos Conselheiros sobre as propostas efetivas
206 para a ampliação da fonte de custeio da Previdência Social como foco na inclusão
207 social, e o questionamento é de onde surgirá essa fonte, como será arrecado o
208 recurso. O Sr. Evandro José Morello (CONTAG) sugeriu que fosse feito no sistema da
209 Previdência Social a democratização da informação para a população consultar
210 mensalmente a situação detalhada da conta previdenciária. Mencionou que o método
211 estimularia a formalização no trabalho no campo. Concedida a palavra ao Sr. Marco
212 Antônio Reis Guarita (CNI), ele apontou duas questões de relevante importância à
213 discussão, estimuladas pela apresentação: a primeira é se haveria uma tendência do
214 abandono da Previdência Pública em direção à Previdência Privada, o que se
215 efetivamente estiver acontecendo, deverá implicar na necessidade de estudo das
216 razões dessa migração; e a segunda questão, foi sobre uma eventual fragilização da
217 credibilidade da Previdência Social. Respondendo aos questionamentos, o Sr. Luiz
218 Antônio Adriano (SINDNAP) afirmou que em relação ao custeio previsto, se houver
219 uma Previdência sólida, perene e que de fato o Estado cumpra o papel que lhe cabe,
220 que é de zelar pelo Patrimônio Público, que é a Previdência, e com uma boa gestão, a

221 Receita se faz. Esclareceu também que o fato de que a Previdência Privada está
222 tomando o espaço da Previdência Pública é verdade e deve-se pela falta de solidez do
223 sistema. Opinou que se fosse estabelecido a não obrigatoriedade do desconto em
224 folha, mas o pagamento no caixa para a previdência Social, os trabalhadores
225 preferiam pagar a PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre do que pagar a
226 Previdência Social. O Sr. Celecino de Carvalho (DataPrev) pediu a palavra para
227 cumprimentar a Força Sindical pela excelente apresentação e esclareceu que a
228 Previdência Pública em termos de eficiência, custo e plano de benefício é
229 incomparável com a Previdência Privada. Enfatizou que a Previdência Pública é
230 ineficaz porque tem contingente enorme de pessoas trabalhando e sem a proteção
231 previdenciária, no entanto, é efetiva, tendo em vista que aonde chega proporciona
232 estabilidade e se faz presente. Retificou a afirmação do Sr. Evandro José Morello
233 (CONTAG) informando que o cidadão já dispõe de acesso a informações referentes à
234 sua situação previdenciária, ainda precário, via Internet pelo site da Previdência
235 Social, no ícone chamado PrevCidadão. O Sr. Presidente agradeceu a exposição da
236 Força Sindical, e em relação às ponderações feitas durante a discussão apontou os
237 aspectos mais importante e em seguida e passou para o segundo item da pauta da
238 Ordem do dia.

239

240 2. A desoneração da folha de pagamentos na reforma tributária e seus impactos sobre 241 a Previdência Social: visão da Secretaria de Política Econômica do Ministério da 242 Fazenda

243

244 O Sr. Presidente concedeu a palavra ao Sr. Ângelo Duarte – Secretário Adjunto de
245 Política Econômica para dar início à apresentação sobre a proposta de reforma
246 tributária. O Sr. Ângelo Duarte (MF) primeiramente agradeceu ao Conselho Nacional
247 de Previdência Social – CNPS pelo convite ao Ministério da Fazenda e a oportunidade
248 em debater um assunto tão importante. Iniciou a explanação sobre reforma tributária e
249 Seguridade Social afirmando que embora o objetivo principal da reforma seja a
250 correção de distorções na estrutura dos tributos indiretos que prejudicam o
251 crescimento da economia brasileira, as mudanças implementadas têm impactos sobre
252 o modelo de financiamento da Seguridade Social, tais como: substituição de tributos
253 vinculados à Seguridade Social por uma porcentagem de uma base ampla de tributos;
254 não afeta o financiamento da seguridade social. Relatou que adicionalmente, propõe-
255 se promover, caso a reforma seja aprovada, uma redução da contribuição patronal
256 sobre a folha de 20% para 14%, ao rimo de 1 ponto percentual ao ano. Enfatizou que
257 o Governo tem o compromisso claro de que a mudança não terá impacto sobre o
258 resultado da Previdência Social, e que a forma a ser adotada está sendo discutida
259 entre o Ministério da Previdência Social e o Ministério da Fazenda. Citou como
260 principais mudanças na estrutura dos tributos federais a extinção de 4 tributos
261 federais, Cofins, PIS, CIDE e salário-educação e a criação de um imposto sobre o
262 valor adicionado, o IVA – F (Imposto sobre Valor Agregado Federal) que entraria em
263 vigor no segundo anos após a aprovação da PEC. Colocou três vantagens para a
264 implantação do IVA – F: 1) Desburocratização para o contribuinte; 2) Ampliação da
265 base de partilha federativa; e 3) Racionalização da política tributária. Por fim, a CSLL –
266 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que é o idêntico ao IRPJ – Imposto de
267 Renda Pessoa Jurídica e serão fundidos em um imposto só que é o Imposto de
268 Renda. Na continuação, fez um breve relato do conceito de FNDR – Fundo Nacional
269 de Desenvolvimento Regional, que surgiu para substituir os fundos constitucionais e
270 financiar outras políticas, como a proposta de emenda constitucional que é a
271 transferência para fundos estaduais de desenvolvimentos. Conceituou também o FER
272 – Fundo de Equalização de Receitas como sendo um fundo que vai compensar os
273 estados que vão perder com a mudança da origem para o destino do ICMS. Para
274 finalizar, com relação aos impactos dessas alterações à Seguridade Social, o Sr.
275 Ângelo Duarte (MF) informou que embora seja neutra, no curto prazo, para o

276 financiamento da Seguridade Social, a reforma tributária traz algumas vantagens para
277 o modelo de financiamento de longo prazo, dentre elas a possibilidade de tornar a
278 base de financiamento da Seguridade mais progressiva, com a inclusão do imposto de
279 renda na base ampla de vinculação; e base ampla tende a ser menos volátil que a
280 receita de tributos específicos. Ressaltou ainda que a mudança no sistema tributário
281 terá impacto relevante sobre o potencial de crescimento do País, pois com a reforma,
282 a taxa anual de crescimento do PIB dos próximos 20 anos poderia ser elevada em 0,5
283 pontos percentuais e a desoneração da folha de pagamentos, via redução da
284 contribuição patronal e extinção do salário-educação, resultaria numa elevação em 5%
285 do nível do PIB. Fazendo uso da palavra, o Sr. Luiz Antônio Adriano (DINDNAP)
286 questionou se vai ficar mais barato viver no Brasil depois da reforma ou se o brasileiro
287 vai continuar pagando o mesmo volume de impostos. Solicitou esclarecimentos
288 também o Sr. Evandro José Morello (CONTAG) a respeito da DRU – Desvinculação
289 de Recursos da União se com os 20% continua a desvinculação. O Sr. Ângelo Duarte
290 (MF) explicou que uma virtude da proposta de reforma tributária é que ela não teve a
291 pretensão de atacar todos os pontos de tributação no Brasil e o brasileiro terá
292 vantagens em alguns aspectos. Afirmou que a DRU permanece, é um dispositivo
293 constitucional transitório e que os percentuais elencados são percentuais como se
294 fossem sem DRU, porque o FPE – Fundo de Participação do Estado e o FPM – Fundo
295 de Participação dos Municípios e outros que têm alíquota sobre os mesmos não
296 incidem DRU. A folha também não incide DRU. O Sr. Presidente agradeceu a
297 apresentação e passou para as disposições finais.

298

299 **IV – OUTROS ASSUNTOS**

300

301 O Sr. Presidente informou aos Conselheiros do CNPS a obrigatoriedade estatutária de
302 se votar o Orçamento da Previdência do ano seguinte. Informou a possibilidade de
303 utilizar um dispositivo que tem no Regimento Interno que é a possibilidade de se fazer
304 consulta telefônica e fazer uma votação *Ad referendum* por parte do Presidente do
305 Conselho. Comunicou ainda que os prazos para o fechamento do orçamento setorial
306 vencem na metade do mês de julho, sendo assim, no dia 14 será enviado, via correio
307 eletrônico, aos Conselheiros a proposta de Previdência para análise por parte dos
308 membros do Conselho. Delegou a Sra. Sônia de Sena e Silva (MPS) no dia 16 de
309 julho de 2008, quarta-feira, fazer a consulta telefônica a todos os Conselheiros para
310 ver se existe alguma recomendação, alguma proposta antes que ocorra a aprovação
311 *Ad referendum*. O Sr. Presidente, devido a uma manifestação em relação à questão do
312 teto dos juros, do consignado e a dúvida por parte da Febraban e da ABBC –
313 Associação dos Bancos que operam crédito Consignado sobre a nova instrução
314 normativa e o IOF – Imposto sobre Operações Financeiras, por recomendação do
315 Exmo. Sr. Ministro informou que será feita uma reunião do Grupo de Trabalho para
316 esclarecer dúvidas sobre o assunto. A reunião ficou prevista para terça-feira ou quarta-
317 feira da semana seguinte a depender da agenda do Sr. Benedito Adalberto Brunca –
318 Diretor de Benefícios (INSS) tendo em vista a importância da sua presença na reunião.
319 Definindo a pauta da 145ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência
320 Social a ser realizada em 30 de julho de 2008, deliberou que a CUT – Central Única
321 dos Trabalhadores fará a apresentação sobre Política de Expansão de Cobertura.

322

323 **VI – ENCERRAMENTO**

324

325 Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos,
326 desejando-lhes um bom retorno às suas casas, e declarou encerrada a 144ª Reunião
327 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para contar, eu
328 Helmut Schwarzer, Secretário de Políticas de Previdência Social, lavrei a presente ata.
329 Brasília, 25 de junho de 2008. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX